

A variação fonético-fonológica no ensino de língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular

The phonetic-phonological variation in the teaching of Brazilian Portuguese for Junior High School students according to the Common National Curricular Base

Norton Efrain Evaristo Souza dos Santos¹
Cezar Alexandre Neri Santos²

Resumo: Considerando que o aspecto fonético-fonológico é um dos níveis de análise em que os falantes reconhecem diferenças sociais, geográficas e situacionais nos usos, e, por sua vez, fazem desse reconhecimento oportunidade para discriminação social, o presente trabalho se fundamenta nas áreas da Sociolinguística Variacionista e da Sociolinguística Educacional no intuito de (re)conhecer o modo como a variação fonético-fonológica tem sido tratada no componente de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental da BNCC (Brasil, 2018). Por esta pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, pode-se reconhecer que a variação fonético-fonológica não é mencionada diretamente nos itens que abordam a variação linguística, tampouco o componente fonético-fonológico é proposto como objeto de conhecimento nessa etapa formativa no documento em questão.

Palavras-chave: Variação fonética. Ensino de língua materna. Sociolinguística. BNCC.

Abstract: Considering that the phonetic-phonological aspect is one of the levels of linguistic analysis in which speakers recognize social, geographic and situational differences in language use and, in turn, make this recognition an opportunity for social discrimination, this paper is based on the areas of Variationist Sociolinguistics and Educational Sociolinguistics in order to recognize how the phenomenon of phonetic-phonological variation has been treated for the learning of Portuguese Language as L1 in Junior High School level according to the Common National Curricular Base – BNCC (Brasil, 2018). This is qualitative research based on bibliographic and official pedagogical documents, and it shows that phonetic-phonological variation has not been directly mentioned in the items that address linguistic variation, nor is the phonetic-phonological component proposed as an object of knowledge in the official document.

Keywords: Phonetic variation. Mother tongue teaching. Sociolinguistics. BNCC.

¹ Licenciado em Letras/Língua Portuguesa pela UFAL/Campus do Sertão. Professor de Língua Portuguesa na rede básica de ensino.

² Doutor em Língua e Cultura pela UFBA. Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da UFS.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

O processo de formação inicial de professores de línguas, nas últimas décadas, tem nos permitido entrar em contato com diferentes perspectivas teórico-metodológicas para além da noção tradicional e limitada de ‘certo’ e de ‘errado’, ainda presente nas escolas no Brasil. Neste caminho de (re)descoberta, vislumbramos a respeito da heterogeneidade inerente às línguas humanas, reconhecendo a variação como um fenômeno intrínseco às línguas que ocorre em todos os níveis de análise – do fonético-fonológico ao discursivo – de maneira complexa, correlacionada a fatores linguísticos e extralinguísticos.

Considerando que o nível fonético-fonológico³ é um dos níveis no qual os falantes reconhecem diferenças sociais, geográficas e situacionais existentes nos usos linguísticos e fazem desse reconhecimento oportunidade para discriminação social por meio da linguagem, buscamos refletir sobre o ensino de variáveis fonéticas do português brasileiro nas aulas de língua materna, norteados pela questão: *Como deve se dar o tratamento dos processos de variação fonético-fonológica nas aulas de língua materna?*. Assim, este trabalho tem como objetivo geral descrever e analisar como a variação fonético-fonológica tem sido contemplada no componente de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Base Nacional Comum Curricular.

Justificamos esse recorte pela importância da continuidade da reflexão sobre a variação linguística após o processo de alfabetização, para que se efetive, desde a etapa da (pré-)adolescência, a progressiva conscientização dos fenômenos sociais e linguísticos. Rodrigues e Sá (2018), por exemplo, acerca da presença dos componentes fonético e fonológico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da BNCC, evidenciaram que tais áreas têm papel de destaque durante o segmento dos Anos Iniciais, em vista, principalmente, do processo de alfabetização, da apropriação do sistema de escrita alfabética. Em relação aos Anos Finais do Ensino Fundamental, Rodrigues e Sá (2018, p. 595) argumentaram que “dados de nossa pesquisa de pós-doutoramento que se encontra em curso mostram que os conteúdos de Fonética e Fonologia não são previstos pela BNCC para nenhum ano do Ensino Fundamental Anos Finais”.

Assim, apresentamos, neste estudo, as Competências Específicas, as Práticas de Linguagem, os Campos de Atuação Social e os Objetos do Conhecimento do componente de Língua Portuguesa relativos ao Anos Finais do Ensino Fundamental que tocam, direta ou indiretamente, o fenômeno da variação linguística e possibilitam o trabalho com a variação fonético-fonológica. Pontuamos, ainda, que a revisão das habilidades do Ensino Fundamental – Anos Finais da BNCC não foi, nem de longe, realizada de modo exaustivo.

³ O nível fonético-fonológico diz respeito ao aspecto sonoro da língua. A Fonética e a Fonologia são disciplinas dos estudos da linguagem que se debruçam sobre esse nível. A primeira é normalmente apresentada como a ciência que trata dos métodos de descrição, de classificação e de transcrição dos sons, tanto do ponto de vista articulatório como auditivo e acústico. A segunda costuma se utilizar das explicações da primeira e pode ser entendida como o estudo da organização da cadeia sonora da fala e dos princípios que regem a organização das seqüências sonoras possíveis de uma determinada língua (SILVA, 2012). O limite entre as duas disciplinas, contudo, não é facilmente estabelecido pelos foneticistas e pelos fonólogos. Por essa razão, optamos por utilizar, neste trabalho, o termo *fonético-fonológico*.

Valemo-nos das reflexões desenvolvidas pela Sociolinguística Variacionista e pela Sociolinguística Educacional. O estudo tem cunho bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e interpretativa (Moreira; Caleffe, 2008). Como aporte teórico, tomamos discussões suscitadas pelos documentos-fonte (BRASIL, 2018) e autores como Bagno (2001; 2012; 2013), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Faraco (2020), Coelho *et al.* (2010), Soares (2000; 2012), Carvalho e Ferrarezi Jr. (2018), Antunes (2014; 2017), entre outros.

2 LÍNGUA, SOCIEDADE E VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA

Os trabalhos sociolinguísticos descrevem que a variação linguística, além de ser um fenômeno intrínseco às línguas humanas, ocorre em diversos níveis – fonético-fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e discursivo – e não se apresenta de modo aleatório, mas complexo e condicionado por fatores linguístico-cognitivos e socioculturais, tais como faixa etária, gênero social, grau de escolaridade, classe econômica, área profissional, região geográfica, modalidade de uso da língua, situação interacional e de ordem histórica (Bagno, 2012; Bortoni-Ricardo, 2004; Soares, 2000 [1986]).

Com as pesquisas do projeto NURC, foi possível atestar que nem mesmo os cidadãos mais letrados de nosso país falam ou escrevem, em situações de alta formalidade, tal como é apresentada a língua nas obras de perfil normativo-prescritivo (Bagno, 2013), fazendo-se necessária a distinção entre o que se quer dizer com norma-padrão e norma culta. A norma-padrão é um modelo ideal de língua, um constructo abstrato, artificial, que reúne um conjunto de palavras e regras apresentadas como as únicas “corretas” e “válidas”. Apesar de inspirado em certos usos escritos mais antigos, ela não corresponde ao que realmente se fala e/ou se escreve em sociedade, nem mesmo pelos cidadãos mais escolarizados dos grandes centros urbanos (Bagno, 2013), pois é um produto da tradição gramatical, “[...] um fenômeno linguístico decorrente dos esforços socioculturais e políticos relativos à padronização linguística” (Faraco, 2020).

Já a norma culta, ou variedades prestigiadas, é o conjunto dos diferentes modos de falar a língua de fato empregado pelos falantes mais escolarizados das camadas urbanas mais privilegiadas. Nela, reúnem-se palavras e regras reais, regulares, concretamente observáveis nas práticas discursivas do grupo social denominado “culto”, respeitadas as diferenças regionais (Bagno, 2013). Conforme salienta Faraco (2020), a norma culta comporta diferenças entre fala e escrita e entre gêneros textuais, se mais ou menos formais, não sendo, portanto, homogênea. Existem sim proximidades entre as duas normas, contudo, vários também são os casos de desacordo entre si.

Outro grande conjunto linguístico vivo em sociedade é a norma popular, ou variedades estigmatizadas (Bagno, 2013), que corresponde ao conjunto dos modos de falar a língua empregado pelos sujeitos que gozam de menor prestígio sociocultural, econômico e educacional, e, por isso mesmo, têm seus traços linguísticos mais distantes daqueles apregoados pelo discurso gramatical da norma-padrão. Por conseguinte, têm

mais explícita e enfaticamente suas falas subjugadas pelo senso comum, sobretudo pelos cidadãos urbanos mais letrados, haja vista estes são os falantes sobre os quais mais a norma-padrão exerce poder simbólico de repressão e cobrança.

A língua não é, portanto, somente um grande sistema de palavras e regras que permite nos expressar e nos comunicar com outros sujeitos, ela é, também, uma “instituição social e cultural” (Bagno, 2013), permeada por juízos de valor, crenças, mitos etc. Conforme Cardoso (2015), a avaliação linguística é matéria do cotidiano dos falantes e diz respeito a como eles percebem, representam, valoram e agem sobre a língua que falam, sobre as variedades que falam e sobre outras variedades da língua, o que conduz a uma estratificação linguística, isto é, a uma escala em que alguns traços são mais ou menos marcados socialmente, mais ou menos prestigiados em sociedade.

Coelho *et al.* (2010) pontuam que Labov reconheceu a existência de julgamentos de valor sociais conscientes e inconscientes feitos pelos falantes sobre formas linguísticas variantes e os diferenciou em três tipos, quais sejam: indicadores, marcadores e estereótipos. Acerca dos **indicadores**, as autoras nos explicam que são elementos que podem estar relacionados a questões sociais, mas não a usos situacionais de maior ou menor (in)formalidade, tendo pouca ou não explícita avaliação social por parte dos falantes.

Em relação aos **marcadores**, as autoras esclarecem que este tipo de avaliação sobre as variantes se diferencia dos indicadores principalmente por ser “estilisticamente estratificado”, isto é, por estarem correlacionados a situações de interação em que os sujeitos se encontram. Já as formas consideradas **estereótipos**, como nos afirmam Coelho *et al.* (2010), são as variantes explicitamente atreladas a determinados grupos sociais e/ou a regiões específicas, podendo ser fortemente estigmatizadas.

No Brasil, um país de continental extensão territorial, a variação fonético-fonológica é um fenômeno abrangente e muito produtivo que caracteriza falares regionais, além de estar fortemente correlacionada a questões sociais, sobretudo à ascendência rural-urbana dos falantes e à situação sociocomunicativa (Bagno, 2012; Bortoni-Ricardo, 2004; Silva, 2012).

E, apesar de, como atestam os estudos sociolinguísticos, não existir nada em uma variedade e/ou variante linguística em si mesma que nos leve a predizê-la como “melhor” ou “pior” que outra, pois são, de fato, “maneiras diferentes de expressar uma regra gramatical variável” (Bagno, 2013, p. 51), na complexa relação entre língua e sociedade, elas acabam recebendo valores sociais diferentes de acordo com as condições socioeconômicas, históricas, políticas e culturais dos sujeitos e das regiões aos quais pertencem (Bortoni-Ricardo, 2004; Soares, 2000 [1986]).

Em vista dessa estratificação social da língua, decorrem pelo menos dois outros fenômenos: os falantes das variedades desprestigiadas, em um sentimento de autodepreciação do seu próprio modo de falar em comparação ao modo de prestígio, buscam falar de maneira mais próxima das variedades prestigiadas, intuindo que, ao se apropriarem delas, elas os ajudarão em valorização sociocultural e ascensão

socioeconômica; e um modo de falar a língua, altamente prestigiado, se transforma em uma espécie de fala “sem sotaque” ou “pronúncia padrão”⁴ (Bagno, 2012; 2013).

A apropriação da variedade de prestígio ou da fala-padrão não é, no entanto, fator *sine qua non* ou garantia para a ascensão social do sujeito, visto que a posição social de prestígio na sociedade brasileira está para além do uso de certos traços linguísticos (Bagno, 2011; 2013). Entretanto, o sujeito pode, se utilizando das formas de prestígio, ter sua fala e opinião levadas em maior consideração em determinadas situações, pois o uso de tais variantes acaba “[...] aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 15), tendo em vista que, como assinalam Carvalho e Ferrarezi Jr. (2018, p. 153), “uma pessoa que domina e sabe como e quando usar a variedade de fala de prestígio social evitará muitos problemas para si mesma, além de alcançar êxito em várias áreas, vitórias que não seriam possíveis com uma variedade de fala estigmatizada como ‘ruim’”.

Existem, dessa maneira, situações sociocomunicativas nas quais o domínio da fala de prestígio pode se fazer de grande relevância. Falas de caráter mais formal, mais tensas e/ou mais refletidas, com interlocutor(es) desconhecidos, mais regradas e/ou em público, como em exposições orais, conferências, debates, entrevistas etc., costumam levar os falantes a (ou requerem deles) monitoração de suas falas, em outros termos, a “prestar mais atenção à forma de sua produção verbal” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 41). O uso de traços fonético-fonológicos estigmatizados⁵, pertencentes às variedades linguísticas de baixo prestígio social, em tais situações, pode ser mal avaliado pelo(s) interlocutor(es) urbano(s) mais letrado(s) e fazer com que o sujeito sofra preconceito linguístico⁶, tenha seu discurso invalidado e, por conseguinte, não alcance sucesso em relação a seus objetivos sociocomunicativos.

Quando falamos, então, somos guiados também por normas socioculturais que ditam o que é esperado ou aceitável em certas situações sociocomunicativas (Bortoni-Ricardo, 2004). No entanto, como bem adverte Faraco (2020), “o falante pode romper com essas expectativas sociolinguísticas por diversas razões, para causar riso, por exemplo, ou para provocar conflito ou para sinalizar que ele está se afastando da comunidade”.

Todavia, o que não podemos fazer é negar o fato de que fatores socioculturais e ideológicos levam algumas variantes a ser valorizadas em detrimento de outras no

⁴ Falar de modo “sem sotaque”, como explica o Bagno (2012), corresponde, na verdade, a falar como as camadas mais privilegiadas dos grandes centros urbanos. No caso do Brasil, isso quer dizer falar como alguém das classes mais escolarizadas e de maior poder aquisitivo da região Sudeste do país, tendo como principais representantes os apresentadores do telejornal Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Esse modo de falar, no entanto, não é verossímil, mas o resultado de uma síntese das falas das camadas mais letradas daquela região, eliminados seus traços sonoros mais característicos. É, portanto, uma fala relativamente idealizada, que serve de modelo e ganha um caráter de “fala padrão”. O autor apresenta uma lista com os principais traços dessa pronúncia padrão.

⁵ Bagno (2012) apresenta uma lista com alguns dos traços fonético-fonológicos descontínuos mais estigmatizados no Português brasileiro.

⁶ Discriminação e exclusão social com base em um “conjunto de mitos e superstições sobre a(s) língua(s) e seus falantes” (BAGNO, 2013, p. 88). Como destaca Bagno (2011) e Soares (2000 [1986]), o preconceito linguístico é, antes de tudo, um preconceito de base social.

processo de variação linguística, nem negar a existência de normas socioculturais subjacentes às interações que indicam aos sujeitos o que e como (não) se deve ou (não) se espera falar em determinadas situações, tampouco desconsiderar a relevância de o sujeito se apropriar e ter em seu repertório linguístico as variantes de prestígio para que possa se utilizar delas quando julgar seu uso relevante ou adequado em vista de seus objetivos e da situação sociocomunicativa em que se inscreve.

3 DIRECIONAMENTOS PARA O ENSINO DA VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA

Somente a partir da década de 50 do século XX, com uma grande transformação sociocultural ocorrida na sociedade brasileira, causada, sobretudo, pelo processo de urbanização da população e, com ele, a luta da classe trabalhadora pelo acesso à educação formal, houve o que se conhece como “democratização” da educação (Bagno, 2013). Com esse fenômeno, os estudos na área da Sociolinguística alertaram a escola sobre as diferenças de variedades faladas pelos alunos (provenientes agora de diferentes camadas sociais) e a variedade de prestígio que ela pretende ensiná-los, o que se exigia uma nova postura e uma nova metodologia diante da heterogeneidade linguística em sala de aula (Soares, 2012 [2002]).

Não obstante, somente a partir da década de 1980 o ensino de LP no Brasil assume a assimilação das concepções provenientes das ciências linguísticas. Os conhecimentos gerados em estudos e pesquisas sobre a textualidade, a oralidade e a variação linguística no PB são alguns dos que ganham espaço nas discussões sobre o que deve ser objeto de estudo nas aulas de língua materna e se concretizam nas propostas pedagógicas dos Parâmetros Curriculares Nacionais⁷ (Brasil, 1998), e mais recentemente, da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Apesar dessas novas perspectivas linguísticas, gramaticais e pedagógicas tenham chegado aos documentos pedagógicos oficiais, de acordo com Antunes (2014), “ainda prevalecem as concepções de uma linguagem descontextualizada, sem sujeitos e sem intenções, cujo sucesso depende, única e exclusivamente, de uma incondicional submissão às normas de uma não menos incondicional correção gramatical” (Antunes, 2014, p. 27-28). A língua tomada em uma perspectiva normativo-prescritiva, vista em frases soltas e/ou aleatoriamente construídas pelo professor a fim de explicar regras morfosintáticas da norma-padrão não deveria ser, teoricamente, mais o grande ou único objeto e objetivo de ensino de língua materna, mas sim uma abordagem da língua viva em sociedade e o

⁷ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) são documentos que foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) considerando a necessidade de referenciais curriculares comuns a nível nacional, no intuito de uma transformação qualitativa na Educação Básica brasileira e de que todos os jovens, de todas as escolas e das diferentes regiões do país, tivessem acesso a conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania. Esperava-se, ainda, que os documentos pudessem servir de apoio à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de aula, à seleção de materiais didáticos, como também contribuir para com a formação inicial e continuada de profissionais da área da educação.

reconhecimento de que “[...] em qualquer situação, só nos comunicamos verbalmente por meio de um gênero de texto, oral ou escrito” (Antunes, 2017, p. 29-30).

Acerca da língua oral, apesar de ela estar substancialmente presente em nossas interações cotidianas, vivemos em uma cultura em que as práticas escritas têm mais prestígio e são vistas como superiores à fala (Marcuschi; Dionísio, 2011). A ideia de que a fala é desenvolvida espontaneamente também contribuiu para que o trabalho com a modalidade oral da língua fosse negligenciado nas aulas de língua materna (Carvalho; Ferrarezi Jr, 2018). Quando a escola trabalha a modalidade oral no componente Língua Portuguesa costuma ser no intuito de corrigir e substituir a fala de alunos que não correspondem às formas da variedade de prestígio, buscando também que esses não escrevam errado (Brasil, 1998).

Felizmente, os PCN (Brasil, 1998) já apresentavam propostas e direcionamentos pedagógicos quanto à importância de se desenvolver competências e habilidades próprias aos gêneros orais mais formais e públicos em língua materna, aspecto aprofundado na BNCC (Brasil, 2018).

Conforme Bortoni-Ricardo (2005), a atividade da escola deve se ocupar com os estilos monitorados da língua, isto é, com os usos linguísticos em que o falante presta mais atenção à sua produção verbal e que requerem um certo nível de planejamento, isto porque os estilos não monitorados, informais, espontâneos, já constituem o conhecimento básico da língua que o falante adquiriu naturalmente em sua vida cotidiana na interação com os indivíduos mais próximos e, portanto, já domina e leva à escola. Não se trata, no entanto, de querer corrigir a fala do aluno, como tem feito a escola (Brasil, 1997; Soares, 2000 [1986]). O aluno que possui em seu repertório linguístico somente a variante [tra'bayʊ], isto é, a forma deslateralizada da palavra “trabalho”, por exemplo, tem o direito de na escola conhecer a variante de prestígio [tra'baʎʊ], tomar consciência das diferenças entre as duas formas, saber os valores sociais que cada uma carrega e que em certas situações ele pode “adequar” sua fala, caso contrário, poderá sofrer algum tipo de discriminação pelo modo que fala.

É interessante que os alunos sejam expostos às falas dos cultos de sua região tanto em situações mais formais e de maior monitoramento linguístico quanto mais informais e de menor monitoramento, observando os traços *descontínuos*, aqueles “que caracterizam as variedades regionais e sociais mais isoladas” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 40) e não aparecem em outros falares; e os *graduais*, que “estão presentes no repertório de praticamente todos os brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que eles conferem à própria fala” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 40). Tal conscientização é indispensável para que os estudantes possam compreender que a variação fonético-fonológica se faz presente, também, no discurso dos falantes urbanos mais escolarizados, e, desse modo, não se trate a variação de forma estereotipada e estigmatizada, falseando a realidade (Bagno, 2013; Bortoni-Ricardo, 2004). Colocar o alunado em contato com as variedades prestigiadas de outras regiões é também importante, para que possam identificar semelhanças e diferenças, valorizando-as como parte da diversidade sociolinguística brasileira (Carvalho; Ferrarezi Jr, 2018).

O estudo da variação fonético-fonológica em sala de aula da Educação Básica não pode ser realizado, evidentemente, de forma descontextualizada, desprendido de situações

reais de fala e de um gênero textual oral, uma vez que toda expressão verbal acontece irremediavelmente por meio de um gênero de texto (Antunes, 2017).

Diante do exposto, nos questionamos se/como a BNCC, documento que regula o currículo nacional do Ensino básico atualmente e que, por isso mesmo, norteará o trabalho pedagógico de professores de língua materna, propõe o trabalho da variação fonético-fonológica nas aulas do componente de Língua Portuguesa. É o que buscamos revisar na seção que segue.

4 A BNCC E O COMPONENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA

A BNCC, como documento de caráter normativo-propositivo para a Educação Básica brasileira, sugere uma base curricular comum já prevista desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, no Artigo 210, que projetava “[...] **conteúdos mínimos** para o ensino fundamental, de maneira a assegurar **formação básica comum** e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, destaques nossos). Desde então, variados marcos legais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), os PCN em 1997 e 1998 (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1999) e o Plano Nacional de Educação em 2014, têm reforçado a importância de uma base curricular comum para uma educação de qualidade e com equidade.

Conforme dados oficiais sobre a BNCC, somente em 2015 foi instituída uma Comissão de Especialistas para a Elaboração da Proposta da Base Nacional Comum Curricular, composta por professores-pesquisadores de universidades, professores da Educação Básica e de especialistas de áreas afins. Tendo como propósito principal a formação humana de modo integral, visando a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, a BNCC propõe o desenvolvimento de 10 competências gerais durante todo o percurso da Educação Básica. Conforme delimitado pelo próprio documento,

na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para **resolver demandas** complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2018, p. 8, destaque nosso)

Dessa maneira, no desenvolvimento das competências não se quer apenas o acúmulo de saberes, de informações e de conteúdos escolares por parte dos alunos e alunas, mas que eles e elas possam e saibam como mobilizá-los e aplicá-los em suas práticas sociais nas diferentes esferas de atividade humana, do âmbito pessoal ao público e trabalhista. Almeja-se o desenvolvimento dos estudantes de modo que amplie suas capacidades pessoais e as possibilidades de participação social, para que possam agir e

responder, de forma crítica e ética, às necessidades, problemáticas e perspectivas contemporâneas.

Ao lado das questões e do contexto sócio-histórico globais, a BNCC, seguindo o preconizado noutros documentos, no que diz respeito ao trabalho com a diversidade, enfatiza a necessidade de se contextualizar as aprendizagens para que se confira sentido e maior relevância ao que se ensina e aprende, em outros termos, deve-se considerar “as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (Brasil, 2018, p. 15) durante a construção dos currículos, nas propostas didático-pedagógicas e atitudes cotidianas no ambiente escolar.

O documento encontra-se assim estruturado: uma breve Apresentação seguida de uma Introdução, na qual se encontram as competências gerais da Educação Básica, os marcos legais, os fundamentos pedagógicos e o pacto interfederativo; apresentação e explicação, por meio de um organograma, da estrutura da BNCC e quais as etapas que compõem a Educação Básica, suas áreas do conhecimento, suas competências específicas de área do conhecimento, os componentes curriculares das áreas e as competências específicas dos componentes (Brasil, 2018).

No componente Língua Portuguesa, reafirmam-se pressupostos, concepções e conceitos já aprestados em documentos precedentes, a exemplo dos PCN (Brasil, 1998). Assume-se, na BNCC, o texto como unidade central de tratamento da língua, materializado indispensavelmente em gêneros textuais, que, por sua vez, estão sempre correlacionados às suas esferas sociais de produção e de recepção. A abordagem textual, é, portanto, a enunciativo-discursiva, “de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos [...]” (Brasil, 2018).

As competências (como também objetos de conhecimento e habilidades) específicas a serem desenvolvidas no componente foram organizadas entre os eixos das práticas de linguagem Leitura, Produção de textos, Oralidade e Análise linguística/semiótica, que, por seu turno, aparecem atreladas a diferentes campos de atuação social (Pessoal, Estudos e pesquisas, Jornalístico-midiático, Atuação na vida pública e Artístico-literário). Como esclarece o documento,

ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar **a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais** permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (Brasil, 2018, p. 67-68, grifo nosso).

A proposta é fazer com que os estudantes (man)tenham contato com as diversas formas de uso da língua que circulam em sociedade, no intuito de que se tornem leitores/ouvintes e produtores críticos diante às exigências das práticas de linguagem contemporâneas e ampliem suas possibilidades de participação em diferentes campos sociais. Em vista disso, “é importante contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis [...]

(Brasil, 2018, p.70). Contemplar essa diversidade de usos, em suas diferentes (multi)modalidades e ligados aos diferentes contextos e práticas sociais, quer dizer lidar direta ou indiretamente com a diversidade sociolinguística e com as questões de variação linguística.

No tocante à variação, o documento reafirma, em diversos pontos, inclusive em competências e habilidades específicas, a necessidade de se ver a língua como um fenômeno histórico, cultural, social, político-ideológico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso. No eixo Análise linguística/Semiótica, vê-se mesmo o documento assinalar que

cabem também reflexões sobre **os fenômenos da mudança linguística e da variação** linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser **observados em quaisquer níveis de análise**. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e **o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas**, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (Brasil, 2018, p. 81, grifos nossos).

Como pode-se perceber, as noções de língua e de ensino de língua-materna apresentadas na BNCC vão além de concepções tradicionais, da transmissão direta e passiva de regras e nomenclaturas morfossintáticas de uma língua pura, abstrata, descontextualizada e da mera memorização de tais itens pelos alunos. Como assinala a BNCC (Brasil, 2018, p. 139, grifo nosso), “[...] as abordagens linguística, metalinguística e reflexiva ocorrem **sempre em favor da prática de linguagem que está em evidência** nos eixos de leitura, escrita ou oralidade”, de modo que os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas” (Brasil, p. 139, 2018).

Desse modo, compreendemos que as análises e reflexões sobre a língua – e nesse bojo os processos de variação linguística – devem acontecer transversalmente às práticas de leitura, de escuta e de produção textual, tanto na modalidade oral quanto escrita de organização e uso linguísticos. Em outras palavras, os conhecimentos linguísticos dos discentes devem sempre ser construídos no trabalho com textos, sendo estes necessariamente configurados em gêneros, compostos por (multi)modalidades, abordando uma dada temática, atrelados a determinadas esferas de atividade humana e produzidos por sujeito(s) socioculturais, geográficos e político-ideológicos que buscam expressar sentidos e intenções num processo sociointerativo. Por isso, as formas linguísticas empregadas em sua construção estão indissociavelmente correlacionadas a tais fatores.

5 A VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA E A BNCC NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A variação linguística é destacada na BNCC como uma das propriedades linguísticas a serem contempladas no tocante ao ensino de LP. Nessa nossa revisão, levamos em consideração não somente as práticas de Oralidade e Análise linguística, mas também as de Leitura e de Produção de textos, tendo em vista que as noções destas duas últimas práticas na BNCC também abarcam as interações como ouvinte e como autor de gêneros orais, a exemplo de *podcast*, *vlogs*, *jingles*, *spots*, entrevistas orais, relato etc., nos quais se abre espaço para o trato com a variação fonético-fonológica correlacionada aos diversos fatores extralinguísticos.

Identificamos referências diretas ou indiretas em três das Competências Específicas do componente de LP para o Ensino Fundamental:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. [...]
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. (Brasil, 2018, p. 87).

Na competência 1, há menção explícita à necessidade de se ver a língua como um fenômeno amplo, correlacionado e dependente da vida de seus falantes, o que diretamente leva à reflexão sobre os processos de variação diacrônica (histórica), diastrática (sociocultural) e diafásica (estilística). A competência 4 cita diretamente a variação, a existência de variedades e de preconceitos atrelados à língua. Tem-se, pois, como uma das principais atribuições do ensino de língua materna, a valorização da diversidade linguística e o combate a qualquer tipo de discriminação por meio da linguagem, com base na compreensão da variação como um fenômeno natural e intrínseco a toda e qualquer língua humana, em especial, ao PB. Já na competência 5, tem-se a importância de se construir noções sobre os processos de variação estilística, compreendendo que os sujeitos realizam modulações no uso da língua conforme seu(s) interlocutor(es), intenções, temáticas, juízos de valor e com base nas regras socioculturais de adequação que subjazem às situações comunicativas.

A variação diatópica (regional) e a variação diamésica (modalidade de uso da língua) não são mencionadas nas Competências Específicas do componente, mas podemos inferir, com certo esforço interpretativo, a primeira no excerto “construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem”, e a segunda no trecho

“a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual” (Brasil, 2018, p. 87). Além disso, não se observa qualquer referência aos níveis de análise linguística em que os tipos de variação acima mencionados podem ocorrer e se concretizam.

Também analisamos as habilidades, os campos de atuação e as práticas de linguagem comuns à etapa do 6º ao 9º ano a partir do Quadro 1. Nele, percebemos, satisfatoriamente, nas habilidades a serem desenvolvidas em todos os anos do Ensino Fundamental – Anos Finais referências, direta e/ou indiretamente, aos processos de variação linguística com relação a todos os campos de atuação e práticas de linguagem.

Quadro 1– Práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades comuns do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais relacionadas à variação linguística

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO		
CAMPO JORNALÍSTICO MIDIÁTICO		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Leitura	Relação entre gêneros e mídia	(EF69LP02) Analisar e comparar peças publicitárias variadas (cartazes, folhetos, <i>outdoor</i> , anúncios e propagandas em diferentes mídias, <i>spots</i> , <i>jingle</i> , vídeos etc.), de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos gêneros em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.
Produção de textos	Textualização Revisão/edição de textos informativos	(EF69LP07) Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação -, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto , à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/ <i>redesign</i> e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/ alterando efeitos, ordenamentos etc. (EF69LP08) Revisar/editar o texto produzido – notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, dentre outros –, tendo em vista sua adequação ao contexto de produção , a mídia em questão, características do gênero , aspectos relativos à textualidade, a relação entre as diferentes

		semioses, a formatação e uso adequado das ferramentas de edição (de texto, foto, áudio e vídeo, dependendo do caso) e adequação à norma culta.
Oralidade	Planejamento e produção de textos jornalísticos orais	(EF69LP12) Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/redesign (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos , à forma composicional e estilo de gêneros , a clareza, progressão temática e variedade linguística empregada , os elementos relacionados à fala, tais como modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc., os elementos cinésicos, tais como postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.
Análise linguística/semiótica	Estilo	(EF69LP17) Perceber e analisar os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários, os aspectos relativos ao tratamento da informação em notícias, como a ordenação dos eventos, as escolhas lexicais , o efeito de imparcialidade do relato, a morfologia do verbo , em textos noticiosos e argumentativos, reconhecendo marcas de pessoa, número, tempo, modo, a distribuição dos verbos nos gêneros textuais (por exemplo, as formas de pretérito em relatos; as formas de presente e futuro em gêneros argumentativos; as formas de imperativo em gêneros publicitários), o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados (tempo verbal, jogos de palavras, metáforas, imagens).
CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA		
Leitura	Reconstrução das condições de produção e recepção dos textos e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero	(EF69LP29) Refletir sobre a relação entre os contextos de produção dos gêneros de divulgação científica – texto didático, artigo de divulgação científica, reportagem de divulgação científica, verbete de enciclopédia (impressa e digital), esquema, infográfico (estático e animado), relatório, relato multimidiático de campo, <i>podcasts</i> e vídeos variados de divulgação científica etc. – e os aspectos relativos à construção composicional e às marcas linguísticas características desses gêneros , de forma a ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses gêneros.
Produção de textos	Estratégias de escrita: textualização, revisão e Edição	(EF69LP36) Produzir, revisar e editar textos voltados para a divulgação do conhecimento e de dados e resultados de pesquisas , tais como artigos de divulgação científica, verbete de enciclopédia, infográfico, infográfico animado, <i>podcast</i> ou <i>vlog</i> científico, relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, dentre outros, considerando o contexto de produção e as regularidades dos gêneros em termos de suas construções composicionais e estilos.
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO		
Leitura	Reconstrução da textualidade e compreensão	(EF69LP47) Analisar, em textos narrativos ficcionais , as diferentes formas de composição próprias de cada gênero, os recursos coesivos que constroem a passagem do tempo e articulam suas partes, a escolha lexical típica de cada gênero para a caracterização dos cenários e dos

	dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	personagens e os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver) empregados, identificando o enredo e o foco narrativo e percebendo como se estrutura a narrativa nos diferentes gêneros e os efeitos de sentido decorrentes do foco narrativo típico de cada gênero, da caracterização dos espaços físico e psicológico e dos tempos cronológico e psicológico, das diferentes vozes no texto (do narrador, de personagens em discurso direto e indireto), do uso de pontuação expressiva, palavras e expressões conotativas e processos figurativos e do uso de recursos linguístico-gramaticais próprios a cada gênero narrativo.
Produção de textos	Relação entre textos	(EF69LP50) Elaborar texto teatral , a partir da adaptação de romances, contos, mitos, narrativas de enigma e de aventura, novelas, biografias romanceadas, crônicas, dentre outros, indicando as rubricas para caracterização do cenário, do espaço, do tempo; explicitando a caracterização física e psicológica dos personagens e dos seus modos de ação; reconfigurando a inserção do discurso direto e dos tipos de narrador; explicitando as marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões) e retextualizando o tratamento da temática.
Oralidade	Produção de textos orais	(EF69LP52) Representar cenas ou textos dramáticos, considerando, na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas (timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, variedades e registros linguísticos) , os gestos e os deslocamentos no espaço cênico, o figurino e a maquiagem e elaborando as rubricas indicadas pelo autor por meio do cenário, da trilha sonora e da exploração dos modos de interpretação.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada , o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. (EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

Fonte: Brasil (2018, p. 141-161, grifos nossos).

No campo *Jornalístico-midiático*, as habilidades EF69LP02, na prática de Leitura; EF69LP07; e EF69LP08, na prática de Produção textual; e EF69LP12, na prática de Oralidade, tratam da variação estilística (diafásica), que “diz respeito ao uso individual, às modulações que cada pessoa faz em sua produção verbal de acordo com o contexto de interação em que se encontra” (Bagno, 2013, p. 78). Espera-se que o docente possa orientar os discentes acerca da situação de formalidade característica das práticas de linguagem desse campo e, com isso, (re)conhecerem as marcas linguísticas e a variedade habituais a tais práticas de maior monitoramento linguístico.

Somente nas habilidades EF69LP07 e EF69LP12, referentes aos eixos de Produção e de Oralidade, respectivamente, menciona-se a adequação ao “suporte”, ao “modo”, a “textos orais”, ou seja, à variação diamésica (modalidade de uso), sobre a qual se faria de grande relevância a discussão com os alunos acerca das complexas relações entre fala e escrita, suas formas de materialização, de usos e de organização da língua no continuum oralidade-letramento (Bortoni-Ricardo, 2004; Marcuschi; Dionísio, 2011).

Na habilidade EF69PL08, observamos a referência, de modo genérico, à “adequação à norma culta”, no entanto, não se define na BNCC o que se entende por

norma culta. Além disso, o termo, no singular, promove a compreensão de que a BNCC não leva em consideração o reconhecimento das especificidades das *variedades linguísticas de prestígio* (Bagno, 2012; 2013). Desse modo, no caso de o professor não ter construído tal conhecimento sobre o que é/são a/s norma/s culta/s, perde-se a oportunidade de conduzir reflexões sobre as diferenças linguísticas existentes entre as falas dos “cultos” das diferentes regiões, as diferentes avaliações sociais sobre as variedades devido ao (des)prestígio socioeconômico e político regionais, como também as ideias de “fala neutra” e “sem sotaque”, tendo em vista que é no meio jornalístico-midiático em que estas ideias e ideais linguísticos são mais perseguidos.

Além disso, nos parece que a habilidade faz uma associação direta entre norma culta e formalidade e toma a norma culta como uma variação estilística (diafásica), e não como resultado de fatores socioeconômicos, de antecedentes urbanos e nível de escolaridade (diatrática), estando ela mesma sujeita à variação estilística a depender do contexto de interação em que os “cultos” estejam situados e de seus objetivos comunicativos (Bagno, 2013). O professor precisa estar, portanto, bem atento para não acabar reproduzindo essa falaciosa associação comum em livros didáticos e, inclusive, trabalhos científicos.

No Campo das *Práticas de Estudo e Pesquisa*, tanto a habilidade EF69LP29, na Prática de leitura, quanto a habilidade EF69LP36, na prática de Produção de textos, o enfoque se recai sobre a variação estilística (diafásica), propondo que se reflita e se construa gêneros de divulgação do conhecimento e de resultados de pesquisas levando-se em consideração “as marcas linguísticas características” e os “estilos” em vista do contexto de produção.

No campo *Artístico-literário*, por sua vez, observamos habilidades, como as EF69LP47, EF69LP50 e EF69LP52, nas quais são propostas práticas de Leitura, de Produção e de Oralidade que levem os discentes a reconhecerem, elaborarem e apresentarem cenas e textos narrativos, dramáticos, observando “a escolha lexical” na caracterização de cenários e personagens, as “variedades linguísticas (no discurso direto)”, as “marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões)” e “variedades e registros linguísticos” na caracterização de personagens.

A construção de tais habilidades requer conhecimento de diferentes tipos de variação, em especial, a diatópica (dialetos), a diafásica (registros) e a diatrática (jargões). Sendo assim, é mais do que necessário o reconhecimento da realidade sociolinguística brasileira por meio de estudos e da escuta de falas autênticas, a fim de que, a exemplo do caso da caracterização de personagens por traços regionais e/ou rurais-urbanos, não se resvale em construções estereotipadas e/ou preconceituosas. Cabe destacar que, com exceção da habilidade EF69LP08, no Campo *Jornalístico-midiático*, este é o único campo de atuação em que se volta a mencionar a variação social (diatrática), e o único, de todo o quadro de habilidades da BNCC para o Ensino Fundamental – Anos Finais, em que se propõe o trabalho com a variação regional (diatópica).

Em relação a *Todos os campos de atuação*, vemos única e explicitamente como objeto de conhecimento a Variação linguística, no eixo da Análise linguística, composto por 2 habilidades, a EF69LP55 e a EF69LP56. Em relação àquela, propõe-se, primeiramente, “reconhecer as variedades da língua falada”, em que a única característica delimitada é a

modalidade “falada”, tendo em vista que “as variedades da língua falada” são múltiplas e estão correlacionadas a fatores sociais, geográficos e estilísticos, o que acaba tornando a habilidade demasiadamente genérica. Esta generalização pode ter sido pensada de modo a atender e ser trabalhada em todos os campos, no entanto, acreditamos contribuir negativamente para uma visão abstrata, descontextualizada e estereotipada do fenômeno, caso o docente não compreenda a variação como princípio transversal a todos os níveis de análise linguística, práticas de linguagem e campos de atuação social.

A habilidade propõe também o reconhecimento do conceito de norma-padrão, apesar de ele não ser delimitado pela BNCC. No entanto, acreditamos ser um trabalho muito relevante, se realizado de forma honesta, orientando os alunos a reconhecer a norma-padrão como “um modelo ideal de língua”, um constructo artificial, irreal, mas investida de grande prestígio sociocultural (Bagno, 2013; 2012) e que tem seu valor e lugar reconhecidos na história dos estudos linguísticos. Cabem, também, comparações entre as regras (e conceitos e terminologias) previstas na norma-padrão e as de fato utilizadas nas variedades urbanas de prestígio falas pelos cultos (e estudos linguísticos mais recentes). Essas reflexões são necessárias tanto para que os estudantes possam desconstruir as noções de “certo” e “errado”, como compreender a língua como fenômeno heterogêneo e mutável.

A habilidade propõe, ainda, que os estudantes possam reconhecer o conceito de preconceito linguístico. Pensamos que só reconhecê-lo não seja um trabalho que de fato contribua para uma mudança de atitude pelos alunos em relação a suas próprias práticas de discriminação por meio da linguagem como também em relação às falas preconceituosas de outros sujeitos. Para que esta mudança venha a se concretizar, defendemos a ideia de que haja a reflexão sobre os mitos e os processos socioculturais e ideológicos que fundamentam o preconceito linguístico (Bagno, 2011, 2013; Bortoni-Ricardo, 2004; Soares, 2000 [1986]). Somente assim, pois, se dará início ao processo de valorização da diversidade sociolinguística brasileira e à promoção do respeito às diferenças, principalmente em relação aos falantes de variedades linguísticas estigmatizadas.

Enfim, no quadro das habilidades relativas ao 6º ao 9º ano, tem-se a habilidade EF69LP56, em que se espera que os discentes façam uso consciente e reflexivo de regras da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada. Reconhecemos aí a menção às variações no modo de uso da língua (diamésica) e estilística (diafásica). Ressaltamos que, com base inclusive nos próprios pressupostos teórico-metodológicos do componente de LP (concepção enunciativo-discursiva e estudo (meta)linguístico em razão das práticas de linguagem em evidência), o estudo das regras da norma-padrão não deve ser feito de forma prescritiva e descontextualizada, mas calcado em textos autênticos que circulam em sociedade. Ou seja, é na leitura e na escuta de textos escritos e falados formais, de grande monitoração, em que a reflexão sobre quais regras e normas da norma-padrão são utilizadas e em quais situações de fala e de escrita elas “devem ser usadas” deve acontecer. Insistimos: a norma-padrão deve, sim, ser objeto de estudo e reflexão nas aulas de língua materna, mas sempre de forma crítica, reflexiva, contextualizada.

Dando continuidade à nossa análise, destacamos as práticas de linguagem, os objetos de conhecimento e as habilidades referentes aos 6º e 7º anos em que os processos de variação linguística são explícitos ou implicitamente considerados.

Quadro 2 – Práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental – Anos Finais relacionadas à variação linguística

LÍNGUA PORTUGUESA – 6º E 7º ANOS		
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Oralidade	Planejamento e produção de entrevistas orais	(EF67LP14) Definir o contexto de produção da entrevista (objetivos, o que se pretende conseguir, porque aquele entrevistado etc.), levantar informações sobre o entrevistado e sobre o acontecimento ou tema em questão, preparar o roteiro de perguntar e realizar entrevista oral com envolvidos ou especialistas relacionados com o fato noticiado ou com o tema em pauta, usando roteiro previamente elaborado e formulando outras perguntas a partir das respostas dadas e, quando for o caso, selecionar partes, transcrever e proceder a uma edição escrita do texto, adequando-o a seu contexto de publicação , à construção composicional do gênero e garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática.

Fonte: Brasil (2018, p. 167, grifos nossos).

No campo de atuação *Jornalístico-midiático* relativo aos 6º e 7º anos, reconhecemos a habilidade EF67LP14 como uma boa oportunidade de o professor conduzir seus alunos a reconhecerem as diferenças de materialização entre as modalidades falada e escrita da língua (variação diamésica). No processo de transcrição e construção de uma versão escrita do gênero entrevista (Marcuschi; Dionísio, 2011), pode-se observar além das características prosódicas e físico-gestuais que normalmente não aparecem em sua versão escrita, o embate entre as variantes fonéticas na pronúncia das palavras pelos entrevistados e a ortografia-oficial. Trabalho este que, se bem conduzido, pode levar a uma conscientização da variação fonético-fonológica como inerente à língua falada e que ela está correlacionada a fatores regionais, de antecedência rural-urbana, sociais e/ou estilísticas. Os alunos poderão tomar consciência, ainda, de que a escrita, ou melhor, a ortografia oficial, é resultado de acordos e convenções.

Quadro 3 – Práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental – Anos Finais relacionadas à variação linguística

LÍNGUA PORTUGUESA – 8º E 9º ANOS		
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Produção de textos	Estratégia de produção: textualização de textos Informativos	(EF89LP09) Produzir reportagem impressa, com título, linha fina (optativa), organização composicional (expositiva, interpretativa e/ou opinativa), progressão temática e uso de recursos linguísticos compatíveis com as escolhas feitas e reportagens multimidiáticas, tendo em vista as condições de produção , as características do gênero, os recursos e mídias disponíveis, sua organização hipertextual e o manejo adequado de recursos de captação e edição de áudio e imagem e adequação à norma-padrão .
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF09LP12) Identificar estrangeirismos , caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso .

Fonte: Brasil (2018, p. 179-191, grifos nossos).

No tocante ao conjunto de habilidades destinadas aos 8º e 9º anos, observamos, na habilidade EF89LP09, no Campo *Jornalístico-midiático*, a indicação de produção de reportagem multissemiótica com adequação às condições de produção (variação estilística), além de “adequação à norma-padrão”. Reiteramos aqui a perspectiva de ensino e de uso não prescritivo das regras da norma-padrão, como já abordado em relação à habilidade EF69LP56.

Encerrando o rol de habilidades a serem desenvolvidas durante a etapa do EF – Anos Finais, vemos a Variação linguística sendo proposta, mais uma vez, como objeto de conhecimento na prática de Análise linguística referente a *Todos os campos de atuação*, especificamente no 9º ano. A habilidade aí em questão menciona a identificação de estrangeirismos, a conservação ou não de sua forma gráfica de origem e a avaliação da pertinência de seu uso. Caberiam, pois, reflexões sobre os processos de adaptação das palavras estrangeiras aos sistemas fonético-fonológico e ortográfico do português brasileiro, as diferenças em relação às convenções ortográficas do PB e da língua estrangeira de origem da palavra, como também orientação aos alunos quanto à variação estilística, isto é, sobre os efeitos no uso de termos de origem estrangeira em diferentes contextos de interação, levando em consideração os interlocutores, a temática, as intenções etc.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo, podemos concluir que, das 15 habilidades selecionadas que tocam direta ou indiretamente a variação, o *Eixo das Práticas de Produção de Textos* é o que mais contempla o fenômeno, com cinco habilidades, seguido do eixo *Análise linguística*, com quatro habilidades, e os eixos de *Leitura* e de *Oralidade*, com 3 habilidades cada. O campo *Jornalístico-midiático* é o contexto sociocultural no qual o trato com a variação é mais ressaltado, contabilizando sete habilidades, além do campo *Artístico-literário*, que apresenta três habilidades. *Todos os campos de atuação*, com três habilidades, e o campo *Estudo e pesquisa*, com duas habilidades, fecham as ocorrências. Não reconhecemos habilidades que tangenciassem a variação linguística no campo da *Atuação na vida pública*.

Em relação ao tipo de variação, a estilística (diafásica) é maciçamente a que mais interessa à BNCC, com menção em 14 das habilidades selecionadas, seguida da variação diamésica, mencionada em quatro habilidades, e social (diatrática) e regional (diatópica), cada qual mencionada em uma habilidade. Não observamos qualquer menção à variação diacrônica (histórica) nas 15 habilidades consideradas em nosso estudo.

Julgamos problemático na abordagem da variação proposta na BNCC a ausência de citações explícitas, nas habilidades, aos níveis de análise linguística em que a variação ocorre, o que acaba por contribuir para uma noção abstrata do fenômeno. As únicas exceções que pudemos observar, aconteceram nas seguintes habilidades: EF69LP07, EF69LP08, EF69LP17 e EF69LP47, nas quais aparecem termos como “correção de concordância”, “aspectos relativos à textualidade”, “morfologia verbal”, “escolhas lexicais” e “construções metafóricas”, “recursos coesivos”, “tempos verbais” e “processos figurativos”. Apesar de que a variação fonético-fonológica possa ser trabalhada em todas as habilidades selecionadas nos Quadros 1 a 3, seja em correlação a estilos e processos de monitoração, a fatores sociais ou regionais e rurais-urbanos, não vimos referência à variação fonético-fonológica ou à pronúncia em nenhuma das habilidades, em nenhuma das práticas e nenhum dos campos de atuação selecionados, nem mesmo no eixo das práticas de Oralidade.

Na grande maioria das habilidades do eixo Oralidade cita-se características prosódicas (pausas, ritmo, entonação etc.) e físicas (gestos, expressões faciais etc.), mas não se faz referência aos processos de variação fonético-fonológica, à pronúncia de palavras. Ao passo que, os níveis morfológico, morfossintático, lexical, sintático, semântico e textual são diversas vezes apresentados explicitamente como objetos de conhecimento e em habilidades no Ensino Fundamental – Anos Finais. As únicas referências ao componente, ou melhor, aos termos “fônico” e/ou “sonoro” da língua, na etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental, ocorrem no eixo de Análise linguística, estritamente em relação à ortografia oficial e em habilidades no âmbito Artístico-literário, a saber: EF69LP48, EF69LP54, EF67LP31 e EF89LP37, nas quais vemos menções à leitura e à produção de poemas levando-se em consideração os recursos sonoros em rimas, aliterações, assonâncias, onomatopéias. Em nenhum dos dois casos, no entanto, faz-se referência à variação linguística, fonético-fonológica. Essas constatações nos levam a corroborar com o que afirmam Rodrigues e Sá (2019, p. 63), quando esses afirmaram

[...] que os conteúdos relativos às áreas da fonética e da fonologia, especificamente, da variação fonético-fonológica do português brasileiro, vem sendo abordado, (re)conhece-se, por meio de um documento oficial, como o fenômeno da variação fonético-fonológica foi considerado na Base Nacional Comum Curricular.

Quanto à abordagem do fenômeno da variação fonético-fonológica do PB na BNCC, pudemos observar, nesta revisão crítica, que o componente fonético-fonológico não é mencionado nos itens que abordam, direta ou indiretamente, a variação linguística, tampouco é proposto como objeto de conhecimento no EF – Anos Finais, ao contrário do que acontece com outros níveis. Desse modo, corroboramos com o argumento de Rodrigues e Sá (2019), sobre a ausência das áreas da Fonética e da Fonologia e o tratamento da variação linguística como conteúdo (e não um princípio transversal aos níveis de análise) nos documentos da BNCC para essa etapa de ensino.

Desse modo, reconhece-se, sim, a proposição da variação linguística como um dos objetos de reflexão e de conhecimento nos Anos Finais do Ensino Fundamental na BNCC, contudo, não podemos deixar de ressaltar que, com base nos estudos da Sociolinguística variacionista, a variação ainda não se encontra de maneira satisfatória, adequada e plenamente abordada nas diretrizes curriculares de nível nacional.

Dessa maneira, para que as bases teórico-metodológicas da Sociolinguística e do componente de LP cheguem à sala de aula da Educação Básica brasileira, são necessários ainda mais investimentos e esforços nos processos formativos iniciais e continuados de professores, de maneira que possam planejar e executar práticas pedagógicas de acordo com a própria BNCC, como também possam lançar sobre ela um olhar crítico, reconhecendo suas qualidades e carências. Por fim, ao refletirmos sobre práticas de ensino que orientam os estudantes da Educação básica ao (re)conhecimento da variação fonético-fonológica de sua língua materna, à ampliação de seu repertório, à reflexão das relações entre língua e sociedade e ao respeito às diferenças sociolinguísticas do povo brasileiro, esperamos ter contribuído para práticas docentes que incorporem atividades que destacam a diversidade sociolinguística do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola, 2014.

ANTUNES, I. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2011.

BAGNO, M. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. **A Base**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 25 de ago. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

CARVALHO, R. S. de; FERRAREZI Jr., C. **Oralidade na educação básica: o que saber, como ensinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

CARDOSO, D. P. **Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns Dialectos Brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015.

COELHO, I. L. et al. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

FARACO, C. A. **Minicurso – norma culta brasileira**. Parábola Editorial, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qo3XUQNu_7w&list=PLJTYyIbC0Twny_SD_AIF-aMmR0EAY3gpFJ&index=2>. Acesso em: 25 mai. 2022.

MARCUSCHI, L. A. DIONÍSIO, A. P. **Fala e escrita**. Ceelufpe, 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XOzoVHYiDew>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Classificação da pesquisa. In: _____. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 69-93, 2008.

RODRIGUES, S. G. C; SÁ, C. M. **A Base Nacional Comum Curricular brasileira e o lugar da fonética e da fonologia no ensino fundamental anos iniciais**. Cad. Est. Ling., Campinas, v.60 n.3 p. 584-603 - set./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8652230>>.

Acesso em: 25 ago. 2022.

RODRIGUES, S. G. C; SÁ, C. M. **Transversalidade VIII: fonética, fonologia e ensino da língua portuguesa**. Portugal: UA editora. Cadernos do LEIP – Série Temas – nº 7, 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/231953811.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2000 [1986].

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.